



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

PREGÃO PRESENCIAL
ANEXO V DO EDITAL Nº 6/2020

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2020/DL/PMD

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
DOURADOS E A EMPRESA
EM
DECORRÊNCIA DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO POR
PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2020.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE DOURADOS, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Coronel Ponciano, nº 1.700, Parque dos Jequitibás, em Dourados-MS, inscrito no CNPJ sob o nº 03.155.926/0001-44, neste ato representado pela Secretária Municipal de Obras Públicas, a Senhora [inserir nome do titular ou substituto], portadora da Cédula de Identidade RG nº [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF nº [inserir número], residente e domiciliada à [inserir endereço completo].

CONTRATADA: A empresa [inserir razão social], inscrita no CNPJ sob o nº [inserir número], com sede à [inserir endereço completo], neste ato representada pelo Senhor [inserir nome e função da representante legal], portador da Cédula de Identidade RG nº [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF nº [inserir número], residente e domiciliado à [inserir endereço completo].

O presente Contrato fundamenta-se na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Lei Complementar nº 331, de 03 de julho de 2017, Lei Complementar nº 341, de 19 de março de 2018 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 com suas alterações, e, ainda, as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e vincula-se ao edital e anexos do **Pregão Presencial nº ____/2020**, constante do **Processo de Licitação nº ____/2020**, aplicando-se suas disposições irrestrita e incondicionalmente.

Integra o presente Contrato, o edital da licitação e seus anexos incluindo as condições estabelecidas e as correções e esclarecimentos feitos durante o procedimento licitatório, bem como, a proposta de preços apresentada pela Contratada, cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independente de transcrição. Os documentos referidos são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definirem a sua extensão, e desta forma, regerem a execução adequada do Contrato ora celebrado. Em caso de dúvidas ou divergências entre os documentos citados, estas serão dirimidas considerando-se sempre os mais recentes com prioridade sobre os mais antigos, e em caso de divergências com este Contrato, prevalecerá este último.

As partes têm entre si justo e avençado e celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento contratual refere-se à contratação de empresa para execução de serviços de impressão de mapas, projetos e afins, em grande formato, objetivando atender a Secretaria Municipal de Obras Públicas.
- 1.2. O objeto do presente Contrato será executado conforme discriminado abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Marca	Preço Expresso em Reais (R\$)	
					Unitário	Total
Valor Total						

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E DO REAJUSTE

- 2.1. Dá-se ao presente Contrato o valor global, de R\$ ____
(_____).



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 2.2. No preço estabelecido estão computadas todas as despesas diretas e indiretas relacionadas à execução dos serviços, tais como: mão de obra, equipamentos/materiais necessários, o pagamento de todos os encargos sociais, trabalhistas e fiscais e outros não especificados, mas relacionados com a execução dos serviços, as despesas necessárias durante o período exigido, não cabendo, pois, qualquer reivindicação da Contratada a título de revisão de preços e reembolso.
- 2.3. O preço permanecerá fixo e irreajustável durante a vigência do Contrato, salvo se em decorrência de prorrogação de prazo de vigência ultrapassar 12 (doze) meses, hipótese em que a Contratada poderá através de requerimento, ter o saldo remanescente reajustado, se houver
- 2.4. Caso ocorra desequilíbrio econômico financeiro, a Contratada poderá requerer formalmente ao Contratante, via Secretaria competente, a revisão dos valores pactuados, relatando em detalhes os fatos e anexando documentos que comprovem o alegado desequilíbrio.
- 2.5. O critério de reajuste, quando couber, deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais que reflitam a variação dos insumos utilizados, desde a data prevista para apresentação da proposta, até a data do adimplemento de cada parcela.

CLÁUSULA TERCEIRA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. As despesas decorrentes da execução da obra objeto deste Contrato correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária:
 - 08.00. – Secretaria Municipal de Obras Públicas
 - 08.01. – Secretaria Municipal de Obras Públicas
 - 04.122.11. – Programa de Gestão Administrativa
 - 2029. – Coordenação e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria Municipal de Obras Públicas
 - 33.90.39. – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 3.2. O Contratante se reserva no direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.
- 3.3. No caso da execução do Contrato ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento da mesma programação financeira.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA

- 4.1. O presente instrumento terá vigência contada a partir da data de sua assinatura, e término no final do exercício financeiro, com eficácia após a publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.
- 4.2. Este Contrato poderá ter a sua vigência prorrogada nos termos que dispõe o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações.
- 4.3. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.
- 4.4. No caso da execução do Contrato ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento da mesma programação financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

- 5.1. A Contratada obriga-se a executar os serviços objeto deste Contrato de acordo estritamente com as especificações descritas na Proposta de Preços, não sendo aceitos, para efeito de recebimento pela Comissão de Recebimento, aqueles que estiverem em desconformidade com as referidas especificações.
- 5.2.1. A solicitação dos serviços será realizada através da Autorização de Fornecimento (AF) e/ou Ordem de Serviços (OS), que é o documento no qual consta a especificação exatamente licitada, bem como as quantidades a serem executadas.
- 5.2.2. A Autorização de Fornecimento (AF) e/ou Ordem de Serviços (OS) será enviada a Contratada via e-mail ou outra forma a ser estabelecida pelas partes, devidamente assinada pelo setor competente.
- 5.2.3. Todos os projetos, mapas, entre outros serão entregues devidamente cortados e dobrados, com boa visibilidade, legibilidade e compreensão.
- 5.2.4. Qualquer serviço solicitado que não atenda às exigências acima será recusado ou devolvido, devendo a Contratada realizá-lo novamente de imediato.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 5.2.5. As impressões deverão ser entregues no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a solicitação do Contratante.
- 5.2.6. As impressões deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras Públicas, localizada no Centro Administrativo Municipal-CAM, sito à Rua Coronel Ponciano nº 1.700, bairro Parque dos Jequitibas, na cidade de Dourados-MS.
- 5.2.7. A Contratada deverá fornecer todo o material de consumo, insumos, acessórios e mão de obra necessários para a entrega dos serviços.
- 5.2.8. Dada a característica dos serviços e os prazos dispostos, a Contratada deverá estar instalada no Município de Dourados-MS.
- 5.2.9. A Contratada assume inteira responsabilidade pela qualidade dos serviços executados, com as condições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria.
- 5.2.10. A Contratada arcará com todas as despesas de todos os impostos, taxas, entre outras necessárias, não cabendo a este órgão qualquer responsabilidade sobre os mesmos.
- 5.2.11. Todas as despesas relativas à entrega e substituição dos serviços ficarão a cargo da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DA ESPECIFICIDADE DOS SERVIÇOS

- 6.1. O produto deste serviço será considerado com qualidade para aceitabilidade se atender os seguintes critérios.
 - a) O documento impresso puder ser lido sem perda de informação, em qualquer uma das faces;
 - b) O documento impresso de forma colorida expressar corretamente as cores do documento original;
 - c) O documento impresso não possuir amassados, dobras ou rasgos não previstos;
 - d) O documento impresso não possuir manchas ou falhas de impressão e correto posicionamento da imagem impressa em relação a arte final;
 - e) Qualidade de fixação da tinta não permitir que seu manuseio manche o documento impresso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

- 7.1. O recebimento deverá se efetivar, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93, especificamente nos termos do art. 73, inciso I, alíneas “a” e “b” do referido dispositivo.
- 7.2. Os serviços serão recebidos mediante conferência, não excluindo a possibilidade de nova execução, se após análise e/ou exame posterior, ficar evidenciada a existência de irregularidade.
- 7.3. O Contratante reserva-se no direito de não aceitar os serviços que estiverem em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações descritas na Proposta de Preços, bem como no presente instrumento contratual, podendo cancelar o Contrato e aplicar o disposto no inciso XI, art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 7.4. O Termo de Recebimento Definitivo não eximirá a Contratada das obrigações definidas no Código Civil Brasileiro, bem como nos artigos 69 da Lei Federal nº 8.666/93 e §2º do art. 73 da mesma Lei.
- 7.5. Na eventualidade de ocorrência de qualquer falha de execução ou em que os serviços tenham sido executados fora das especificações da fiscalização, será a Contratada notificada para que regularize tal falha, sob pena de, não o fazendo, ser declarado inidôneo, sem prejuízo das demais penalidades.
- 7.6. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá rejeitá-lo, determinando sua reparação, correção ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 7.7. Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, o Contratante, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 7.8. Em caso de necessidade de providências por parte da Contratada, o prazo para pagamento será suspenso e a execução considerada em atraso, sujeitando-o à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e conforme o caso, as outras sanções estabelecidas na lei e neste Contrato.
- 7.9. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.



CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Além das estabelecidas no Termo de Referência (Anexo III do edital), constituem obrigações da Contratada:

- I.** Acusar recebimento da Nota de Empenho;
- II.** Arcar com todas as despesas operacionais, necessárias à execução do objeto deste Contrato;
- III.** Assumir, sob sua exclusiva responsabilidade, o pagamento de todos os impostos, taxas e/ou quaisquer ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, bem como, todos os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais vigentes durante a execução dos serviços e, ainda, quaisquer outros encargos judiciais ou extrajudiciais que lhe sejam imputáveis, inclusive, com relação a terceiros, em decorrência da celebração do Contrato e da execução dos serviços;
- IV.** Cumprir fielmente todas as disposições e prazos estabelecidos neste Contrato;
- V.** Cumprir os postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;
- VI.** Dar ciência a Secretaria Municipal de Obras Públicas, imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na íntegra solicitada;
- VII.** Emitir Nota Fiscal, após a entrega dos materiais, com a mesma descrição constante na Nota de Empenho;
- VIII.** Entregar os solicitados de acordo com a descrição;
- IX.** Executar os serviços solicitados de acordo com a descrição no presente instrumento contratual, prezando pela organização, pontualidade e lisura e de acordo com as especificações, prazos e/ou normas exigidas pelo Contratante e dispondo de infraestrutura e equipe necessária à sua execução;
- X.** Manter durante o período de execução dos serviços contratados, as condições de regularidade solicitadas quando da fase de habilitação;
- XI.** Observar as prescrições emanadas do agente da Administração designado para acompanhar a execução dos serviços;
- XII.** Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste Contrato;
- XIII.** Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, do Contratante;
- XIV.** Observar, durante a execução dos serviços, todas as leis, regulamentos e posturas Federais, Estaduais e Municipais pertinentes e vigentes, inclusive as normas ambientais pertinentes e as de segurança, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- XV.** Possuir uma estrutura organizacional que lhe permita atuar prontamente para resolução dos problemas que eventualmente possam ocorrer;
- XVI.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- XVII.** Realizar o serviço de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Obras Públicas, dentro do prazo, locais e quantidades estabelecidas no Termo de Referência;
- XVIII.** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo fiscal do Contrato, atendendo prontamente todas as reclamações ou sugestões;
- XIX.** Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante na prestação dos serviços;
- XX.** Refazer os serviços que foram executados de maneira incorreta ou insatisfatória, sem ônus para o Contratante;
- XXI.** Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços, nos termos da legislação vigente;



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- XXII.** Responsabilizar-se pelas obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao seguro de acidente de trabalho, desligamento, horas extras, diárias, quaisquer despesas com alimentação, locomoção, não cabendo ao Contratante qualquer tipo de responsabilidade nem encargos de qualquer natureza, sendo que, os empregados da Contratada não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante;
- XXIII.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo representante do Município;
- XXIV.** Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultadas da execução dos serviços;
- XXV.** Responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados;
- XXVI.** Ser zeloso na entrega, de maneira a não por em risco à saúde dos seus agentes e servidores;
- XXVII.** Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do Contrato de acordo com o § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.2.** Constituem obrigações do Contratante, além das demais previstas neste Contrato ou dele decorrentes:
- I.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - II.** Aplicar as penalidades legais e contratuais;
 - III.** Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que deve ser realizada a entrega dos serviços solicitados;
 - IV.** Atestar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes à execução dos serviços referente ao objeto do Termo de Referência;
 - V.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - VI.** Efetuar os pagamentos nos prazos e condições pactuados;
 - VII.** Elaborar as Notas de Empenhos e as Ordens de Serviços, determinando as quantidades a serem executadas;
 - VIII.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da licitação, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
 - IX.** Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
 - X.** Notificar formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;
 - XI.** Observar se durante a vigência do Contrato estão sendo cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - XII.** Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados;
 - XIII.** Proporcionar a Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a execução dos serviços;
 - XIV.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 9.1.** O Contratante fiscalizará obrigatoriamente a execução do Contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar os serviços que, a seu critério, não forem considerados satisfatórios.
- 9.2.** A gestão e fiscalização do presente Contrato e seu objeto será feita pelo Contratante, por meio do servidor devidamente designado, ao qual competirá além dos deveres de fiscalização, também dirimir as dúvidas que surgirem no curso da sua execução e de tudo dará ciência à Contratada, para fiel execução contratual durante toda a sua vigência e/ou prazo de garantia.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 9.3.** O gestor do Contrato anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, objeto deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de multa ou rescisão do Contrato, caso a Contratada desobedeça a quaisquer cláusulas estabelecidas no presente instrumento.
- 9.4.** Na eventualidade de ocorrência de qualquer falha de execução ou, ainda, que os serviços tenham sido executados fora do contratado, será a Contratada notificada para que regularize tais falhas, sob pena de, não o fazendo, ser declarada inidônea, sem prejuízo das demais penalidades.
- 9.5.** As providências necessárias serão determinadas pelo representante do Município ao preposto indicado pela Contratada.
- 9.6.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada perante o Contratante e/ou terceiros, por qualquer irregularidade, no serviço/fornecimento, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior ou a execução dos serviços em desacordo com o contratado e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

- 10.1.** Caso haja inexecução parcial ou total do Contrato com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, o Contratante poderá aplicar a Contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.
- 10.2.** Por inexecução total ou execução irregular do Contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- I.** Advertência, por escrito;
 - II.** Multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso na execução, incidente sobre o valor total do Contrato, limitada a incidência a 10 (dez) dias, que contar-se-á a partir da data limite para a entrega/prestação do serviço fixada neste Contrato ou após o prazo concedido, para as modificações devidas, quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações previstas; a partir do 10º (décimo) dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do Contrato, com as consequências daí advindas;
 - III.** Suspensão do Contrato após o 10º (décimo) dia de atraso;
 - IV.** Rescisão unilateral do Contrato após o 30º (trigésimo) dia de atraso;
 - V.** Multa compensatória de:
 - a)** 3% (três por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida do Contrato por ocorrência, até o limite de 09% (nove por cento), em caso de inexecução parcial do Contrato;
 - b)** 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
 - VI.** Suspensão temporária de participar em licitação e contratar com a Administração Pública, pelo período de até 02 (dois) anos, no caso do não do cumprimento de cláusula contratual ou quando ocorrer a rescisão unilateral do Contrato por culpa da Contratada;
 - VII.** Declaração de inidoneidade pela inexecução total ou parcial do Contrato, independentemente de rescisão, ou enquanto perdurarem os motivos previstos nos incisos anteriores ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, conforme inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações;
 - VIII.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no SICAF ou no sistema de credenciamento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme art. 9º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 10.3.** A notificação que dará ciência à Contratada de que foi penalizada informará o motivo da aplicação da penalidade e, no caso de multa, o valor a ser pago.
- 10.4.** A Contratada, uma vez cientificada de que lhe foi imposta penalidade, terá o direito de recorrer, observando o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 10.5.** A aplicação de qualquer penalidade prevista neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nos artigos 81 a 86 da Lei Federal nº 8.666/93.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 10.6. As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista neste Contrato, nem a responsabilidade da Contratada por perdas e danos que causar ao Contratante ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais, nem impedem a rescisão do Contrato.
- 10.7. Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada, sob pena de multa.
- 10.8. As sanções previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário, facultada a defesa prévia do interessado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- 10.9. Sendo aplicadas as multas acima especificadas, deverá a Contratada recolher o valor da multa na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Dourados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contadas da entrega da notificação, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério do Contratante.
- 10.10. Não havendo pagamento a fazer à Contratada, serão as multas e outros débitos inscritos na Dívida Ativa para cobrança executiva.
- 10.11. Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão, as empresas ou profissionais que, em razão da Lei Federal nº 8.666/93:
- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - III. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

- 11.1. Os pagamentos ocorrerão mensalmente através de boletins de medição, de acordo com a quantidade de serviços realizados.
- 11.2. Os pagamentos devidos a Contratada serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a execução e aceite definitivo dos serviços e a apresentação da respectiva documentação fiscal devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe a alínea “a”, inciso XIV, do art. 40, combinado com a alínea “b”, inciso II, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
- 11.3. Ocorrendo atraso no pagamento conforme estabelecido na Subcláusula anterior, os valores poderão ser corrigidos monetariamente com base na variação do IGPM ou índice que venha a substituí-lo.
- 11.4. Os pagamentos devidos a Contratada serão por meio de Ordem Bancária, devendo para isso ficar especificado.
- Nome do banco:
 - Agência com a qual opera:
 - Localidade:
 - Número da conta corrente em que deverá ser efetivado o Crédito:
- 11.5. A Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da execução dos serviços:
- a) **03 (três) vias da Ordem de Serviço (OS)** encaminhada pelo Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela Contratada em local apropriado;
 - b) **Nota Fiscal e/ou Fatura** gerada pela quantidades de serviços execução solicitada na Autorização de Fornecimento (AF). Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na OS pelo Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, o motivo da não execução dos serviços solicitados, os quais serão analisados pela Secretaria e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;
 - c) **Certidões Negativas de Débitos:** da União, do Estado, do Município e Trabalhistas (CNDT), sendo que, todas deverão estar dentro do prazo de validade.
- 11.5.1. No caso da Contratada ser optante do SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal a declaração em obediência ao inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, e Anexo IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.244, de 30/01/2012, conforme modelo apresentado no Apêndice “A” do Termo de Referência, devidamente assinada pelo responsável e no original.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 11.5.2.** A falta de um dos documentos solicitados poderá implicar no não recebimento dos serviços e, consequentemente, da nota fiscal e/ou Fatura.
- 11.6.** As Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, serão discriminativas, constando o número do Contrato, banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento.
- 11.6.1.** Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, o Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal/Fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais e o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
- 11.7.** Quando do pagamento, a Contratada deverá comprovar que se encontra em dia com todas as condições de habilitação, ou seja, com todas as certidões exigidas na habilitação, dentro do seu prazo de validade, as quais deverão ser encaminhadas juntamente com o documento fiscal.
- 11.7.1.** Caso a Contratada não cumpra as condições estabelecidas na Subcláusula anterior, a Nota Fiscal/Fatura será passível de devolução, obrigando-se a empresa, a emitir nova(s) Nota(s)/Fatura(s), que somente será(ão) recebida(as) pelo Contratante mediante anexação das certidões.
- 11.8.** Não será efetuado qualquer pagamento a Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 11.9.** O Contratante não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 11.10.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 11.11.** O Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, caso haja incidência conforme Instrução Normativa RFB nº 971/09.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

- 12.1.** O presente Contrato poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
- a)** Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto contratual.
 - b)** Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação de pagamento, com relação ao cronograma fixado, sem a correspondente contraprestação da execução objeto deste Contrato;
 - c)** Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de execução, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
 - d)** Na hipótese do disposto na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2.** Qualquer alteração nas condições ora estipuladas neste Contrato deverá ser feita através de Termo Aditivo, devidamente assinado pelos representantes legais das partes.
- 12.3.** Qualquer aumento ou supressão de quantitativos, em relação aos previstos na proposta, deverá ser previamente justificado pela fiscalização e aprovado pela autoridade competente.
- 12.4.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorrido após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E DA NULIDADE CONTRATUAL

- 13.1.** O presente Contrato poderá ser rescindido independentemente de interpelação judicial, pela ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, combinado com o artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, garantido à Contratada o direito de defesa e o contraditório, nos termos do artigo 109 da mesma Lei.
- 13.2.** A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, não dará à Contratada direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 13.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do Contratante, a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.
- 13.4. A declaração de nulidade do presente Contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 13.5. A nulidade não exonera o Contratante do dever de indenizar a Contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, comprovando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 13.6. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo Contratante e, comprovadamente realizadas pela Contratada, previstas no presente Contrato.
- 13.7. A inexecução total ou parcial da prestação dos serviços/fornecimento no prazo proposto e contratado caracterizará inadimplemento contratual, motivando a rescisão do presente Contrato sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 13.8. A rescisão amigável somente ocorrerá quando houver conveniência para o Contratante, desde que não ocorra hipótese contenciosa nem prejuízo para a Administração e será reduzida a termo no processo de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROIBIÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO E OUTROS

- 14.1. Fica expressamente proibida a cessão e a subcontratação deste Contrato, bem, como a fusão, cisão ou incorporação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

- 15.1. A publicação do presente instrumento na Imprensa Oficial, em extrato, ficará a cargo do Contratante, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

- 16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. O presente Contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos seus preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente os Princípios da Teoria Geral de Contratos e as disposições de direito privado.
- 17.2. Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre o Contratante e a Contratada será feita através de correspondência devidamente registrada.
- 17.3. Não terão eficácia quaisquer exceções às especificações contidas neste instrumento e/ou em seus anexos, em relação às quais o Contratante não houver, por escrito, se declarado de acordo.
- 17.4. Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 17.5. Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente Contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas *infra-assinados*, de tudo cientes.

Dourados-MS, ____ de _____ de 2020.

Secretaria Municipal de Obras Públicas

Contratada



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Testemunhas:

Ass.: _____

Nome:

CPF:

Ass.: _____

Nome:

CPF: